

ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA
FORMAÇÃO DE CONTRATO DE ALUGUER DE CURTA
DURAÇÃO DE VEÍCULOS LIGEIOS

PRC/2024/097/CL/CP

CADERNO DE ENCARGOS

Setembro de 2024

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula I.^a

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o aluguer de curta duração de veículos do tipo ligeiro de passageiros e de mercadorias, sem condutor, e serviços associados, com observância das especificações técnicas constantes do **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos.
2. Cada veículo locado, independentemente do lote, será objeto da celebração de um contrato individual de aluguer, de acordo com o presente Caderno de encargos.
3. Estima-se que a locação dos veículos seja de curta duração, alugada individualmente por período contínuo ou interpolado, no máximo de 12 (doze) meses, não obrigando a AdCL a qualquer pagamento pelo aluguer do veículo, caso a mesma não seja realizada, visto tratar-se de quantidades estimadas. Não obstante a indicação no **Anexo II** de quantidades estimadas, as mesmas são apenas o suporte para o cálculo do preço máximo contratual de cada Lote.
4. O presente procedimento é constituído pelos seguintes lotes:
 - **Lote 1** – Veículos Ligeiro Passageiros e Mercadorias diversos:
 - ✓ ligeiro de mercadorias – segmento derivado teto sobrelevado;
 - ✓ ligeiro de mercadorias - segmento furgão L1H1;
 - ✓ ligeiro de mercadorias - segmento furgão L2H3;
 - ✓ ligeiro de passageiros – segmento inferior/utilitário;
 - ✓ ligeiro de passageiros – segmento SUV compacto.
 - **Lote 2** – Veículos Ligeiro Mercadorias
 - ✓ Segmento Pick up c/ tração 4x4, cabine extra, caixa metálica;
 - ✓ Segmento Pick up c/ tração 4x4, cabine extra, caixa metálica c/ hardtop;
 - ✓ Segmento Pick up c/ tração 4x4, cabine dupla, caixa metálica.

- **Lote 3 – Veículos Ligeiro Mercadorias**

- ✓ Segmento Pick up c/ tração 4x4, cabine extra, caixa de madeira;
- ✓ Segmento Pick up c/ tração 4x4, cabine dupla, caixa de madeira.

Cláusula 2.^a

Contrato

I. O contrato integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário;
- f) O clausulado contratual

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

3. Os ajustamentos propostos pelo contraente público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

I. O contrato inicia-se no dia útil seguinte à data da sua outorga, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital, o qual se efetiva com a aposição da última assinatura digital, mantendo-se em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses, renovável por períodos de 3 (três) meses, até ao período máximo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses.

2. As Partes podem operar a sua denúncia, através de comunicação escrita, dirigida ao Cocontratante até 60 (sessenta) dias de antecedência relativamente ao termo inicial ou até 30 (trinta) dias de antecedência ao termo do período de renovação, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
3. A execução do contrato iniciar-se-á com a entrega de veículos nas instalações da AdCL, conforme estabelecido no presente caderno de encargos.
4. Os contratos individuais de aluguer de cada veículo iniciam na data de entrega do veículo nas instalações da AdCL e mantêm-se em vigor de acordo com a necessidade de utilização do veículo, até ao prazo máximo.
5. Independentemente do decurso do prazo referido no n.º I, o contrato cessará imediatamente em relação a cada lote, quando os pagamentos realizados ao adjudicatário perfaçam, pelo respetivo lote, os seguintes montantes, sem IVA incluído, ou seja, quando for atingido o preço contratual máximo:
 - LOTE 1 – 537.192,00€ (*quinhentos e trinta e sete mil, cento e noventa e dois euros*);
 - LOTE 2 – 270.162,00€ (*duzentos e setenta mil e cento e sessenta e dois euros*);
 - LOTE 3 – 155.994,00€ (*cento e cinquenta e cinco mil novecentos e noventa e quatro euros*).

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.ª

Obrigações do adjudicatário

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do adjudicatário as seguintes:
 - a) Obrigação de proceder à entrega e recolha dos veículos a locar ou veículos de substituição, preferencialmente nas instalações da AdCL ou no balcão ou no ponto de assistência do adjudicatário, localizado na zona urbana das seguintes cidades:

- Estação de Tratamento de Água da Boavista, Avenida Dr. Luís Albuquerque, em Coimbra;
 - Estação de Tratamento de Águas Residuais de Ílhavo, Rua I, Zona Industrial da Mota, concelho de Ílhavo ou caso considerado o balcão, na zona urbana de Aveiro;
 - Estação de Tratamento de Águas Residuais de Olhalvas, sita na Avenida da Comunidade Europeia, em Leiria.
- b) Disponibilizar e proporcionar o gozo dos veículos locados e prestar os respetivos serviços associados, em conformidade com as condições definidas neste caderno de encargos;
- c) Todos os veículos devem ter disponível no momento do levantamento identificador via verde ativo;
- d) O valor da renda inclui uma utilização para, no mínimo, 4.000 quilómetros mensais;
- e) Obrigação de entrega à AdCL, no ato de entrega do veículo locado, da documentação referida na Cláusula 6.^a do presente caderno de encargos e obrigação de atualização da mesma;
- f) Obrigação de prestar os serviços de gestão de encomenda, de documentação, de realização da Inspeção Periódica Obrigatória (IPO) e centro de apoio ao condutor (24 horas); disponibilização de veículo de substituição em caso de sinistro, de imobilização por manutenção ou reparação, gestão de sinistros, gestão de coima e gestão da terminação/restituição, nos termos melhor definidos na Cláusula 8.^a do presente caderno de encargos;
- g) Obrigação de disponibilizar veículo de substituição em caso de imobilização previsível ou efetiva superior a 2 (*dois*) dias úteis;
- h) Obrigação de liquidar todas as taxas e impostos (IUC e IPO);
- i) Obrigação de utilizar uma ferramenta de correio eletrónico para garantir o contato entre a AdCL e o gestor do contrato do adjudicatário, o seu tratamento em tempo útil, designadamente quanto ao cumprimento de prazos de entrega definidos no presente caderno de encargos;
- j) Obrigação de utilizar uma ferramenta de correio eletrónico para o envio à AdCL, de todos os documentos e contratos de entrega de veículos;
- k) Obrigação de recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
- l) Obrigação de contratar os seguros especificados na Cláusula 25.^a do presente caderno de encargos;

- m) Obrigação de manter válido o Alvará para a atividade de aluguer de veículos ligeiros de passageiros sem condutor (*rent-a-car*) ou Alvará para a atividade de aluguer de veículos de mercadorias sem condutor (*rent-a-cargo*), emitidos pelo IMT – Instituto de Mobilidade e dos Transportes, IP, conforme aplicável à tipologia/categoria de veículos que integram cada Lote;
 - n) Nos veículos, com aluguer de pelo menos 11 meses, a AdCL poderá ter a necessidade de colocação, assumindo todos os gastos, de equipamento de telemática GPS utilizado na AdCL e a colocação de logotipo da AdCL na traseira do veículo com dimensões de cerca de 25cm x 8cm. Estas pretensões serão comunicadas e passíveis de pedido de autorização pela AdCL;
2. Para além do disposto no número anterior, o Adjudicatário deve também:
- o) O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela AdCL, nos termos do “Código de Conduta de Fornecedores” e do próprio sistema de gestão de responsabilidade empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem;
 - p) O Adjudicatário deve disponibilizar a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior;
 - q) O Adjudicatário deve conduzir a sua atividade de forma ética e socialmente responsável e a adotar os princípios e valores éticos da AdCL, assinando para o efeito a Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores, que fazem parte integrante do processo patenteado a concurso.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens a locar

1. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar ao contraente público o gozo dos bens objeto do contrato em conformidade com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. Não é definida a cor do veículo ou o tipo de pintura, mas esta deve ser descaracterizada de quaisquer logótipos ou denominação do adjudicatário.
3. Os veículos objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotadas de todo o material de apoio necessário ao seu funcionamento, mesmo que não identificados no anexo I ao presente caderno de encargos.

4. O veículo a disponibilizar deverá ter uma idade inferior a 5 (cinco) anos.
5. Os veículos deverão conter no mínimo o equipamento descrito no anexo I do presente Caderno de Encargos.
6. Os veículos a locar deverão cumprir com as seguintes condições ecológicas:
 - a. Os veículos deverão estar equipados com um sistema de controlo da pressão dos pneus (TPMS).
 - b. Emissões de gases de escape: Os veículos deverão cumprir no mínimo a norma EURO 6 quanto a emissões (regulamento CE 715/2007 do Parlamento Europeu).
 - c. Os níveis de ruído emitidos pelos veículos a locar, devem cumprir os níveis estabelecidos no Regulamento (EU) n.º 540/2014 relativo ao nível sonoro dos veículos a motor, para as respetivas categorias.
7. A disponibilização dos veículos não implicará o pagamento de quaisquer penalizações por entrega antecipada.
8. O adjudicatário é responsável perante a AdCL por qualquer defeito ou discrepância do veículo objeto do contrato que existam no momento em que o veículo lhe é entregue e ao longo do período contratual.

Cláusula 6.^a
Entrega dos bens a locar

1. A disponibilização dos veículos será efetuada de forma faseada, no período de execução do contrato, consoante as necessidades existentes e deverá ocorrer no mais curto espaço temporal, fixando-se o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após cada solicitação efetuada pela AdCL através de correio eletrónico dirigido ao gestor do contrato nomeado pelo adjudicatário.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega e disponibilização do veículo, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daquelas, assim como para a apresentação perante as autoridades policiais, nomeadamente os seguintes:
 - a. Documento único automóvel / certificado de matrícula ou declaração que o substitua;
 - b. Certificado de seguro automóvel;
 - c. Cópia do contrato individual de aluguer;

- d. Cópia do certificado de inspeção, quando aplicável.
3. É da responsabilidade do Adjudicatário a atualização dos documentos dos veículos, quando estes sejam sujeitos a qualquer alteração. Caso existam atualizações da referida documentação, o adjudicatário terá de proceder de imediato ao seu envio à gestora de contrato da AdCL.
4. Os veículos deverão ser sempre disponibilizados com o depósito atestado.
5. Os veículos disponibilizados deverão encontrar-se equipados com pneu de substituição no próprio veículo ou kit de reparação, conforme especificações do fabricante do veículo.
6. A AdCL irá indicar um colaborador para rececionar o veículo e/ou efetuar o levantamento ou a entrega do mesmo, ainda que não venha a ser efetivamente o condutor do veículo alugado. Os dados pessoais deste colaborador poderão ser registados, apenas e só como mero formalismo dentro da exigência legal aplicável. O Adjudicatário deverá registar na sua base de dados que o veículo em causa está alugado à AdCL e os dados da AdCL deverão constar no contrato individual de aluguer, de acordo com o ponto seguinte.
7. No documento individual de aluguer do veículo ou auto de receção ou documento de devolução do veículo, deverão obrigatoriamente constar os dados da AdCL, n.º de contribuinte e morada da sede da AdCL e com a opção de “*Outros condutores Habilitados*”.
8. Todas as despesas e custos com o transporte e disponibilização dos veículos locados, bem como toda a documentação necessária são da responsabilidade do Adjudicatário.
9. No momento da devolução do veículo ao Adjudicatário, é assinado o documento individual de aluguer/devolução do veículo. Com o documento assinado pelas partes, é declarada a entrega do veículo pela AdCL e a aceitação da mesma pelo Adjudicatário.
10. Toda a correspondência relacionada com a solicitação de identificação pelas Autoridades, eventuais infrações do código da estrada que se reportem ao período efetivo de aluguer dos veículos pela AdCL, deverá ser remetida para a sede da AdCL que procederá à identificação necessária do condutor ou tomará as diligências que entenda necessárias.

Cláusula 7.^a

Inspeção e aceitação dos veículos

- I. Efetuada a entrega do bem a locar, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, de imediato, à inspeção qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos se encontram a funcionar corretamente e se reúnem as características,

especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos na lei.

2. Caso as viaturas entregues pelo Adjudicatário não cumpram com o estabelecido no ponto anterior a AdCL, as mesmas não serão aceites, dispondo o Adjudicatário do prazo máximo de 48 horas para proceder à entrega de uma viatura que cumpra as exigências supra mencionadas.

Cláusula 8.^a

Prestação de serviços de manutenção e assistência e disponibilidade de veículo de substituição

1. O adjudicatário é obrigado a prestar, sem qualquer custo adicional, os serviços de manutenção preventiva, manutenção corretiva, reparação e substituição de pneus e assistência técnica ao veículo, a serem realizadas segundo as normas do fabricante, assegurando que cumprem todos os controlos, exigências necessárias para a circulação do veículo em condições de segurança e de acordo com as imposições legais em vigor.
2. Os serviços de gestão de manutenção incluem marcações, no prazo máximo de 24 horas após solicitação, e suportar os custos de manutenção preventiva ou corretiva de qualquer necessidade de mecânica, elétrica ou outra, reparação de pneus, troca de pneus e alinhamento de direção;
3. Durante o período de imobilização de veículos objeto do contrato, por período superior a 2 (dois) dias úteis por motivo de manutenção programada, reparação por avaria, sinistro (antes de peritagem ou após peritagem independentemente das conclusões do relatório), o adjudicatário disponibilizará um veículo de substituição, no prazo de 2 (dois) dias úteis.
4. A entrega e subsequente recolha do veículo de substituição pela AdCL realiza-se na oficina ou ponto de assistência técnica, numa das localizações referidas na alínea a) da Cláusula 4.^a.
5. Os serviços referidos nos números anteriores, compreendem a obrigação de disponibilização e substituição de veículo de características equivalentes ou de gama superior, sem qualquer encargo adicional para a AdCL e sem que tal implique a violação de qualquer aspeto de execução do Contrato definido no Caderno de Encargos, bem como a alteração de algum termo ou condição presente na proposta apresentada pelo Adjudicatário. No referente aos Lotes 2 e 3, o veículo de substituição deverá permitir uso em todo o terreno, com tração 4 x 4.
6. O adjudicatário obriga-se a prestar o serviço de Assistência em Viagem disponível 24 horas por dia, cumprindo os seguintes requisitos:
 - a) O utilizador (AdCL) pode solicitar a desempanagem no local ou reboque do veículo até uma

- oficina ou ponto de assistência técnica autorizada pelo adjudicatário, em caso de avaria, sinistro ou furto, falta de combustível/carregamento elétrico ou abastecimento incorreto, furo, perda de chaves ou chaves trancadas no interior do veículo, ou qualquer outro motivo que impeça a circulação em segurança do veículo;
- b) O transporte do utilizador (AdCL) deve ser assegurado até ao local onde seja disponibilizado o veículo de substituição ou até à instalação da AdCL indicada pelo utilizador no momento de solicitação de assistência em viagem.
7. Encontra-se abrangido igualmente no preço de proposta, a realização da Inspeção Periódica Obrigatória (IPO) a gestão administrativa em caso de sinistro e de coima/infração.
8. Para a comunicação de eventuais situações anómalas que possam surgir no decorrer do contrato, o Adjudicatário é obrigado a dispor de Centro de Apoio ao Condutor compreendendo o atendimento telefónico, aos utilizadores em dias úteis, através de um número de telefone a indicar pelo Adjudicatário.
9. O processo de reparação de pneus e de substituição de pneus, deve cumprir com os seguintes requisitos:
- a) A substituição dos pneus deve ocorrer sempre que os requisitos de segurança estejam em causa ou no caso de incumprimento das normas legais em vigor;
 - b) Sempre que se mostre necessário, o processo de reparação de furos ou outros danos, assim como a substituição de pneus inclui o alinhamento de direção e a calibragem de rodas;
 - c) É obrigatória a calibragem de rodas sempre que ocorra uma substituição e um alinhamento de direção sempre que ocorra a substituição de dois ou mais pneus;
 - d) Os pneus devem cumprir os parâmetros essenciais de eficiência energética no que concerne à respetiva resistência ao rolamento, não excedendo os valores-limite estipulados na ISO 28580 ou norma equivalente.
10. O adjudicatário deverá ter implementados mecanismos de qualidade junto da sua rede de oficinas que possam garantir uma adequada recolha e eliminação de óleos lubrificantes e pneus usados, de forma a minimizar o impacto ambiental e assegurar o tratamento adequado deste tipo de resíduos até ao respetivo destino final, em cumprimento da legislação específica aplicável.
11. A AdCL reserva o direito de solicitar os comprovativos de gestão de resíduos das oficinas ou empresas subcontratadas do Adjudicatário para garantia dos serviços de manutenção dos veículos abrangidos pelo presente contrato, que demonstrem o referido no ponto anterior, os quais deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias, sempre que solicitados.

Cláusula 9.^a
Dever de sigilo

1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O adjudicatário obriga-se ao apagamento de dados pessoais, a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados pessoais de condutores ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.^a
Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

5. O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.
6. O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita do contraente público, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

- 12.O adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
- 13.O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 11.^a **Conservação de dados pessoais**

1. O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.
2. Dependendo da opção do contraente público, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 12.^a **Transferência de dados pessoais**

O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização ou relação comercial, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

SECÇÃO II
OBRIGAÇÕES DA ADCL

Cláusula 13.^a
Preço contratual máximo e preços base unitários

1. Pela locação de curta duração de veículos do tipo ligeiro e serviços associados, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. Os preços base unitários por lote são os seguintes:

Lotes	Item	Categoria	Segmento	unidade	Preço base unitário
1	1.1	Mercadoria	Deriv. Tecto Sobrelevado	mês	526,00 €
	1.2	Mercadoria	Furgão L1H1	mês	828,00 €
	1.3	Mercadoria	Furgão L2H3	mês	914,00 €
	1.4	Passageiros	Inferior/utilitário	mês	444,00 €
	1.5	Passageiros	SUV compacto	mês	550,00 €
2	2.1	Mercadoria	Pick up c/ tração 4x4, cabine extra, cx. metálica	mês	1 057,00 €
	2.2	Mercadoria	Pick up c/ tração 4x4, cabine extra, cx. metálica c/ hardtop	mês	1 163,00 €
	2.3	Mercadoria	Pick up c/ tração 4x4, cabine dupla, cx. metálica	mês	1 268,00 €
3	3.1	Mercadoria	Pick up c/ tração 4x4, cabine extra, cx.madeira	mês	1 057,00 €
	3.2	Mercadoria	Pick up c/ tração 4x4, cabine dupla, cx.madeira	mês	1 268,00 €

3. Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. Por motivos de alteração de circunstâncias operacionais de utilização do veículo, a AdCL pagará o aluguer de veículo efetivamente utilizado dentro do prazo total. No entanto, o pagamento será sempre realizado em unidades mensais (conforme aplicável), mesmo que a utilização seja temporalmente inferior a 30 dias, respetivamente.

5. O preço máximo contratual para a presente locação de bens, por cada lote, é de:
 - a) LOTE 1 – 537.192,00€ (*quinhentos e trinta e sete mil, cento e noventa e dois euros*);
 - b) LOTE 2 – 270.162,00€ (*duzentos e setenta mil e cento e sessenta e dois euros*);
 - c) LOTE 3 – 155.994,00€ (*cento e cinquenta e cinco mil novecentos e noventa e quatro euros*).
6. Os custos efetivos que venham a verificar-se com o pagamento de portagens por circulação do veículo quando este se encontre na posse de AdCL, não estão incluídos nos preços base unitários do presente procedimento, nem deverão estar incluídos nos preços unitários da proposta. Estes custos serão faturados pelo Adjudicatário à Entidade Adjudicante, através da emissão de fatura específica para o efeito.
7. No preço da proposta devem ser incorporados os custos com a aquisição ou aluguer ou manutenção de identificador via verde, assim como os custos com a entrega e recolha do veículo.

Cláusula 14.^a **Remuneração do contrato**

1. Os veículos solicitados e efetivamente alugados são remunerados de acordo com os preços unitários correspondentes aplicados às quantidades efetivamente disponibilizadas, nos termos da proposta apresentada.
2. Os custos incorridos com a utilização de estradas com portagens ou pórticos “scuts”, no âmbito da utilização do veículo pela AdCL, serão pagos pela AdCL em fatura específica. Estes custos não integram o preço contratual.
3. O custo de disponibilização de identificador no veículo e de gestão do identificador via verde, está incluído no preço unitário da proposta.

Cláusula 15.^a **Condições de pagamento**

1. A(s) quantia(s) devida(s) pela AdCL, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. A obrigação considera-se vencida com a validação mensal, por parte do Gestor do Contrato, do

aluguer de veículos ligeiros e serviços conexos efetivamente prestados pelo Adjudicatário, a remunerar de acordo com os preços contratuais unitários..

3. Em caso de discordância por parte da AdCL quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, as faturas devem ser apresentadas até ao dia 4 do mês seguinte a que se referem, conter a menção da respetiva nota de encomenda e são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 16.^a Faturação

1. As faturas a apresentar pelo adjudicatário ao contraente público, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP.
2. As faturas eletrónicas a emitir pelo adjudicatário deverão ser enviadas para o Portal FE-AP de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP”.
3. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/normas/Paginas/normas.aspx>;
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores em <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx>;
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU;
4. As faturas eletrónicas a emitir deverão cumprir, para além do definido no n.º 1 do artigo 299º-B do CCP, o estabelecido no documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.

5. As faturas devem conter, entre outras indicações, a referência do concurso, o número da nota de encomenda- é obrigatória a menção do número da Nota de Encomenda na Fatura (ficheiro EDI - no campo cbc:ID da estrutura cac:OrderReference) - e o correspondente item, sob pena de devolução daquelas e o consequente não reconhecimento das obrigações.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela AdCL não será objeto de qualquer cobrança adicional.
7. O pagamento dos valores registados pela utilização do identificador via verde, referentes a serviços de passagem em sistemas de portagens ou estacionamento, será apresentado em fatura específica. Os valores a debitar pelo Adjudicatário à AdCL serão exatamente os debitados pela empresa Via Verde ao Adjudicatário, não sendo aceites outras taxas ou serviços que acresçam.
8. A fatura a ser emitida à AdCL referente à locação do veículo ou às despesas com passagem em sistemas de portagens, deve conter toda a informação relevante que permita a correta identificação das diversas parcelas que compõem o preço a faturar, nomeadamente:

Identificação e NIPC da AdCL;

Indicação do período a que se refere;

Matrícula do veículo.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 17.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é acompanhada pelo gestor do contrato designado pela entidade adjudicante.
2. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
3. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 18.^a

Modificação objetiva do contrato

Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato não pode ser modificado.

Cláusula 19.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do contraente público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve apresentar uma

proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O contraente público deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo adjudicatário depende de autorização do contraente público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a **Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento de entrega do veículo, até 50,00 € por dia para além do prazo máximo de 5 (*cinco*) dias úteis, nos termos da Cláusula 6.^a do presente Caderno de Encargos;
 - b) Pelo incumprimento de substituição do veículo, até 30,00 € por dia para além do prazo máximo de 2 (*dois*) dias úteis, nos termos da Cláusula 8.^a do presente Caderno de Encargos;
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% do valor global do contrato.
5. Ao valor da sanção contratual prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na respetiva entrega tenha determinado a respetiva resolução.
6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 21.^a
Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização.

Cláusula 22.ª

Resolução do contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens para além do um prazo máximo de 5 (cinco) dias, nos termos da cláusula 6ª do presente Caderno de Encargos, ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo contraente público.

Cláusula 23.ª

Resolução do contrato por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24.ª

Execução da caução

- I. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos

termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pelo contraente público sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.

2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento de todas as obrigações do cocontratante.

Cláusula 25.^a **Seguros**

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contrato de Seguro de Responsabilidade Civil Automóvel, com franquia até ao valor máximo de 2% ou de 1.300,00 € consoante o valor mais baixo e com cobertura contra danos próprios:
 - a) Acidentes Pessoais do condutor e ocupantes do veículo no momento do acidente;
 - b) Danos de colisão;
 - c) Proteção contra furto ou roubo;
 - d) Quebra isolada de vidros;
 - e) Assistência em viagem em território nacional, incluindo o transporte de ocupantes e respetiva bagagem;
 - f) Disponibilidade de veículo de substituição e transporte para o levantamento da mesma.
2. A AdCL pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário prestá-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.
3. No que se refere a franquia, o Adjudicatário deverá indicar nos respetivos contratos individuais de circulação quais as franquias aplicáveis.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 25.^a **Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 26.^a **Comunicações**

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o contraente público e o adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada com aviso de receção é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 27.^a **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Coimbra, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 28.^a
Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 29.^a
Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

Especificações Técnicas dos Veículos

Lote	Designação do Segmento	Descrição	Nº lugares	Nº portas	Fonte energia/ Tipo combustível	Rádio	Ar condicionado	Direcção assistida	Fecho centralizado	Vidros eléctricos dianteiros	Sensores estacionamento traseiro ou Câmara traseira	Airbag do condutor e do passageiro	ABS	Bluetooth
1	Ligeiro Mercadorias - Derivado Teto Sobrelevado	Volume útil carga 4 m ³ , 2 portas traseiras, 1 porta lateral deslizante, tipo modelo <i>Opel Combo /Peugeot Partner</i> ou equivalente	2	5	gasóleo	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	Ligeiro Mercadorias - Furgão L1H1	Volume útil carga mínimo 6 m ³ , 2 portas traseiras, 1 porta lateral deslizante, tipo modelo <i>Renaut Master/Fiat scudo</i> ou equivalente	3	5	gasóleo	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	Ligeiro Mercadorias - Furgão L2H3	Volume útil carga mínimo 12 m ³ , altura útil mínima carga 2.000 mm, 2 portas traseiras, 1 porta lateral deslizante, tipo modelo <i>Renault Master</i> ou equivalente	3	5	gasóleo	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	Ligeiro Passageiros - inferior/utilitário	Tipo modelo Opel Corsa /Peugeot 208/ renault clio ou equivalente	5	5	gasóleo/ gasolina/ plug in/ elétrico [mínimo autonomia 300 km]	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	Ligeiro Passageiros - SUV compacto	Tipo modelo Dacia Duster /Seat Arona/ C3 aircross ou equivalente	5	5	gasolina/ plug in/ elétrico [mínimo autonomia 300 km]	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
2	Ligeiro Mercadorias - Pick Up 4x4 - cabine extra, caixa metálica	Caixa metálica com proteção da caixa em poliuretano ou equivalente	3/4	4	gasóleo	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	Ligeiro Mercadorias - Pick Up 4x4 - cabine extra, caixa metálica	Caixa metálica com proteção da caixa em poliuretano ou equivalente e com capota rígida (hardtop)	3/4	4	gasóleo	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	Ligeiro Mercadorias - Pick Up 4x4 - cabine dupla, caixa metálica	Caixa metálica com proteção da caixa em poliuretano ou equivalente	5	4	gasóleo	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
3	Ligeiro Mercadorias - Pick Up 4x4 - cabine extra, caixa madeira	Caixa em madeira	3/4	4	gasóleo	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
	Ligeiro Mercadorias - Pick Up 4x4 - cabine dupla, caixa madeira	Caixa em madeira	5	4	gasóleo	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Opcional	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório

ANEXO II
Quantidades ESTIMADAS

Lotes	Item	Categoria	Segmento	unidade	Quantidade Estimada [meses]
1	1.1	Mercadoria	Deriv. Tecto Sobrelevado	mês	288
	1.2	Mercadoria	furgão L1H1	mês	108
	1.3	Mercadoria	furgão L2H3	mês	36
	1.4	Passageiros	inferior/utilitário	mês	504
	1.5	Passageiros	SUV compacto	mês	72
2	2.1	Mercadoria	Pick up c/ tração 4x4, cabine extra, cx. metálica	mês	90
	2.2	Mercadoria	Pick up c/ tração 4x4, cabine extra, cx. metálica c/ hardtop	mês	72
	2.3	Mercadoria	Pick up c/ tração 4x4, cabine dupla, cx. metálica	mês	72
3	3.1	Mercadoria	Pick up c/ tração 4x4, cabine extra, cx.madeira	mês	90
	3.2	Mercadoria	Pick up c/ tração 4x4, cabine dupla, cx.madeira	mês	48